



Revista Café com Sociologia

Volume 6, número 3, jul./dez. 2017

ISSN. 2317-0352

RESENHA

CONHECIMENTO ESCOLAR E ENSINO DE SOCIOLOGIA: Instituições, práticas e percepções

Resenha da obra:

HANDEFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa (Orgs). *Conhecimento escolar e ensino de Sociologia: Instituições, práticas e percepções*. 1ª Edição, 353pp. Rio de Janeiro - Editora 7 letras, 2015.

PENSANDO E DEBATENDO COLETIVAMENTE A SITUAÇÃO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL

Tayná Teixeira Chaves Trindade¹

Willian Binsfeld²

Esta coletânea tem início com um instrutivo prefácio escrito por Luiz Antônio Cunha. Neste trecho somos introduzidos na discussão a cerca da composição dos currículos escolares, e lembrados de como tal composição é uma arena de lutas. Cunha nos apresenta uma retrospectiva dos movimentos pela obrigatoriedade da Sociologia e da Filosofia no ensino básico, desde o fim da ditadura militar até a emblemática promulgação da *lei 11.684/08* de junho de 2008 que determinou novamente a Sociologia e a Filosofia como disciplinas obrigatórias no ensino médio brasileiro.³ Em seguida, numa apresentação, os três organizadores explanam sobre a origem da coletânea – o terceiro

¹ Estudante do curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: contatotaynatrindade@gmail.com

² Estudante do curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: willian.binsfeld@gmail.com

³ A obrigatoriedade da Sociologia e da Filosofia em todas as séries do ensino médio foi retirada pela chamada "Reforma do Ensino Médio", Medida Provisória nº 746/2016, posteriormente convertida na *lei nº 13.415/2017*.

ENSOC (Encontro Estadual de Ensino de Sociologia) – realizado em 2012, na UFRJ. Segundo os mesmos, a promulgação da *lei 11.684/08* modificou o cenário, impulsionando um aumento da discussão e da produção intelectual a cerca dos temas da Sociologia e do seu ensino nas escolas. Frente a isto, os autores resolveram produzir este livro que se trata de diversos artigos de professores e pesquisadores da escola básica e do ensino superior. A coletânea possui uma seção introdutória “Um balanço do campo”, e outras quatro seções: “Práticas Docentes”, “Percepções Discentes”, “Instituições” e “Conhecimento Escolar”.

Em “Um balanço do campo”, temos o artigo “Estado da Arte - Um balanço sobre a produção acadêmica a cerca do ensino da Sociologia” de Anita Handfas e Julia Polessa Maçaira. As autoras procuram fazer um levantamento da produção acadêmica a cerca do ensino de Sociologia na educação básica. Seu argumento conclusivo é que a produção "alcançou patamar considerável de acúmulo de conhecimento" (p.39). Esse crescimento teria ocorrido a partir de 2000, incentivado pela movimentação e luta em favor do retorno da disciplina para o currículo, que resultou na aprovação da *lei 11.684/08*.

Na primeira seção, “Práticas Docentes”, temos cinco artigos. No primeiro deles, chamado “Saberes Docentes para o ensino de Sociologia nas escolas do Distrito Federal: reflexões sobre a formação dos licenciados em Ciências Sociais na Universidade de Brasília”, Sayonara Leal, Vanessa Jansen, Kendy Neris, Fernanda Menezes e Ana Carolina Laureano Brandão apresentam os resultados de uma pesquisa sobre os atores e os recursos pedagógicos que estão implicados na formação dos docentes de Sociologia. A pesquisa foi feita no âmbito do curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade de Brasília, e pretendeu debater a relação entre saberes docentes, formação dos professores e o ensino de Sociologia no ensino médio. Através da leitura de diários de campo, questionários, entrevistas transcritas, e relatórios de estagiários, constatou-se que há empecilhos a uma prática pedagógica inovadora e mais tecnológica devido a escassez de recursos, inadequação dos instrumentos e formação deficitária em relação ao contexto real de ensino, além de dificuldades na identificação de conteúdos curriculares. Deste modo, os professores ainda utilizam grandemente o livro didático. Constatou-se também certa dificuldade dos docentes de ultrapassarem as discussões pautadas no senso comum em favor do saber científico, e uma confusão dos alunos a cerca das particularidades da Sociologia como ciência, que dificilmente é sanada pelos docentes. Isto ajudaria a explicar porque tanto material não sociológico – como os jornalísticos – são empregados em sala de aula, o que possui seu valor, mas trás o risco de que não sejam trabalhadas justamente aquelas habilidades cognitivas particulares da reflexão sociológica.

O segundo artigo desta seção chama-se "A formação de professores de Sociologia: O debate sobre os modelos formativos e algumas hipóteses de pesquisa", de Diogo Souza, Mariane Reguim e Arthur Gomes. Este trabalho procura pensar a formação de professores e a relação hierárquica entre licenciatura e bacharelado através do levantamento do currículo de cursos de Ciências Sociais. Baseados nas ideias de Anita Handfás sobre modelos formativos, os autores se debruçam sobre três cursos de graduação em Ciências Sociais de diferentes regiões do Brasil. Dentre as três universidades abordadas, a Universidade de Maringá seria aquela com uma proposta de formação mais eficiente no sentido de aproximar as habilitações de licenciatura e bacharelado. Os autores apontam como o curso da UEM, salvo críticas possíveis, mantém tanto licenciatura como bacharel com cargas teóricas bem equilibradas, sem com isto perder de vista as discussões essenciais próprias das disciplinas de educação. Pautados nesta análise, os autores finalizam o artigo com uma agenda de desafios e propostas para a busca pela superação da hierarquia entre licenciados e bacharéis. Já o terceiro capítulo da seção trata-se do artigo "Sociologia no Ensino Médio: com que "roupa" ela vai?". Aqui, Ana Beatriz Maia Neves reflete sobre a criação de identidades na disciplina de Sociologia. A partir das visões dos docentes sobre os objetivos da disciplina em sala nas escolas, e sobre os conteúdos que deveriam ser trabalhados com os alunos, Neves constrói alguns tipos ideias de professores de Sociologia. Seriam eles: O professor *Descomprometido*; O professor *Revolucionário*; O professor *Erudito*; o professor *Cidadania*; o professor *Desnaturalizador*. Como tipos ideias, estas categorias se confirmam mais ou menos na realidade, e na maioria das vezes se encontram mescladas.

O quarto artigo da seção "Práticas Docentes" é intitulado "Currículos em mudança: a prática do ensino de Sociologia no Rio de Janeiro". De Julia Polessa Maçaira, Gabriela Montez e Beatriz Gesteira, a pesquisa procura apresentar as percepções dos professores a cerca do currículo para a Sociologia do Rio de Janeiro, e também o modo pelo qual estes docentes lidam com o tal currículo em suas práticas pedagógicas cotidianas. Resumidamente, as conclusões do artigo apontam que os professores possuem fortes críticas ao currículo, principalmente em relação ao estilo enciclopédico do mesmo, que o torna impraticável e descolado da realidade escolar. A impressão geral dos docentes seria a de que o currículo para a disciplina de Sociologia no Rio de Janeiro foi construído de maneira puramente ideal, e não pensado para a aplicação nos contextos reais de ensino do estado. Todavia, a pesquisa também constatou que o que os conteúdos ministrados pelos professores em sala estão sim relacionados, e geralmente presentes no currículo estadual proposto. Ou seja, os professores criticam e repensam, mas não ignoram as orientações estaduais sobre o que deve ser lecionado nas escolas. Fechando esta primeira seção, temos o artigo "Identidade profissional

dos primeiros professores de sociologia do Colégio Pedro II", de Jefferson da Costa Soares. Neste trabalho de história da educação, mas especificamente da história da profissão docente, Soares resgata a trajetória dos professores de Sociologia pioneiros do Brasil, numa tentativa de suprir lacunas e assim, somar na discussão sobre a realidade atual da carreira de professor de Sociologia. Trabalhando os primeiros professores de Sociologia do Colégio Pedro II, Soares foca seu olhar nos professores *Adrien Delpech* e *Carlos Miguel Delgado de Carvalho*.

Passamos agora a segunda seção da coletânea, chamada "Percepções Discentes". O artigo que abre esta discussão é intitulado "Reflexões sobre representação social da Sociologia a partir da visão dos estudantes do ensino médio do DF". O trabalho teve como objetivo analisar a percepção sobre a Sociologia de alunos de escolas públicas e privadas em doze regiões administrativas no Distrito Federal, bem como diagnosticar se a formação docente está adequada à realidade escolar. Partindo da representação social acerca da Sociologia através da percepção dos alunos, constatou-se a recorrência da percepção de uma disciplina que estuda as relações sociais cotidianas, e que trata de temas polêmicos que esbarram em questões morais, o que atrapalha a exploração sociológica acerca do tema. Grande parte das críticas à disciplina estão relacionadas às práticas docentes, e ocorre uma culpabilização do profissional que pode inclusive interferir na boa relação entre o aluno e a disciplina. De maneira geral a Sociologia tem boa aceitação entre os alunos, principalmente quando envolvem aulas mais interativas, e é tida como uma disciplina que não exige grandes estudos para provas, o que pode corroborar com o bom desempenho dos estudantes. As representações negativas que desconsideram a contribuição da Sociologia para a formação são quantitativamente inferiores e não entraram no trabalho. O segundo artigo da seção presente chama-se "Jovens conectados por uma atitude reflexiva: uma proposta para estudar a cibercultura na escola básica", e foi escrito por Fátima Ivone de Oliveira Ferreira. O artigo é um registro da constituição do programa da disciplina de Ciências Sociais para alunos do 9º ano do Colégio Pedro II. A partir do entendimento dos alunos buscou-se a mobilização de conteúdos relacionados ao campo da cibercultura, visando à compreensão da tecnologia como processo social através do uso de objetos tecnológicos disponíveis. Entre as dificuldades relatadas pelos professores na aplicação do projeto destacam-se as estruturais, a falta de material didático adaptado e certa dificuldade na abordagem temática. Alguns deles enfrentavam o problema da abordagem comparando problemas off-line com os on-line, o que possibilitou a discussão de casos de cyberbullying. As contradições geradas pela conexão mundial em rede como a pirataria, aplicativos duvidosos e rastreamento de pessoas favorecem a discussão da lógica capitalista operando na cibercultura e a desconstrução da

neutralidade da tecnologia informacional, contribuindo na formação de jovens conectados, autônomos e reflexivos.

No terceiro capítulo temos o trabalho de Marlon da Costa Guimarães, “Ensino de Sociologia no Colégio Estadual Lauro Corrêa: uma abordagem acerca das desigualdades sociais”, onde foram analisadas cento e vinte e umas redações produzidas por estudantes de cinco turmas do ensino médio do colégio Lauro Corrêa no ano de 2011. O objetivo do trabalho foi identificar se houve ou não instrumentalização do ensino de Sociologia pelos estudantes através de suas considerações acerca das desigualdades sociais. As categorias utilizadas foram: desnaturalização quando há superação do senso comum, e naturalização quando não há superação. Do total de redações, apenas dez correspondem à categoria desnaturalização e cento e onze à categoria naturalização, o que evidencia, considerando as variáveis subjetivas na análise, a dificuldade dos estudantes em instrumentalizarem o conhecimento sociológico desenvolvido em sala de aula. O quarto artigo desta parte do livro chama-se “A juventude e o ensino de Sociologia: as percepções de alunos da rede pública do Rio de Janeiro”, de Viviane Alves Campos. Através de questionários e entrevistas, buscou-se compreender as percepções de alunos do ensino médio de uma escola pública estadual do Rio de Janeiro sobre o papel da disciplina de Sociologia em sua formação escolar. Constatou-se a valorização do conhecimento sociológico na formação escolar e social em suas narrativas. A princípio, as percepções discentes estão próximas às determinadas pela legislação, entretanto, é necessária uma revisão da linguagem sociológica na tentativa de aproximá-la do cotidiano dos jovens, pois afirmações de dificuldade na compreensão da linguagem dos professores e dos textos de sociologia foram recorrentes. No último capítulo da seção “Percepções Discentes”, temos “A Sociologia no ensino médio: o que pensam os estudantes de Duque de Caxias?” de Aline Barbosa da Silva. Utilizando a análise de cento e treze questionários, aplicados em cinco turmas do terceiro ano do ensino médio de três escolas estaduais de Duque de Caxias, Silva discute o grau de importância da Sociologia para a vida escolar na visão dos alunos. Em geral, a Sociologia é considerada importante, principalmente quando se trata de obter uma melhor compreensão da vida em sociedade. O debate em sala de aula também aparece como fator de interesse nas aulas, porém os dados indicam a necessidade de avanços e investimentos em outros aspectos, como o currículo escolar e a formação docente.

A terceira seção da coletânea, “Instituições”, se apresenta para o leitor com o artigo de Maycon Bezerra de Almeida, “Florestan Fernandes: socialização escolar da Sociologia e o desenvolvimento social do Brasil”. Aqui, o autor se debruça sobre a obra de Florestan Fernandes, procurando discutir questões postuladas por Florestan, como a socialização da Sociologia e a relação

dela com o tema maior do desenvolvimento social da nação. Em poucas palavras, Almeida pretende, pensando o projeto teórico e prático de Florestan, refletir sobre uma antiga e importante questão já colocada pelo nosso mais prestigiado sociólogo brasileiro: Como o ensino da Sociologia para as massas pode colaborar com o desenvolvimento social do Brasil? As considerações finais do artigo apontam para “um papel absolutamente imprescindível [da Sociologia] em uma ordem social democrática e de classes, na qual os indivíduos precisam submeter a maior parte de suas decisões ao critério de escolhas e opções racionalmente e inteligentemente orientadas” (p.209). Segundo o autor, na obra de Florestan já está presente à ideia da introdução da Sociologia no ensino básico como algo extremamente relevante, pois a disseminação de conhecimentos instrumentalizáveis e de capacidades cognitivas particulares da Sociologia aos estudantes são pontos fundamentais para dar a escola um “elemento democratizante substancial” (p.210) e ajudar na construção de um “padrão de organização societária baseada nos pressupostos da secularização, da racionalização e do planejamento democrático” (p.210). O segundo artigo desta seção, chamado "O ensino de Sociologia na educação brasileira entre 1882 e 1942: algumas considerações", de Marcelo Cigales e Eduardo Arriada, trata-se de uma retrospectiva onde os autores contam a história do surgimento da disciplina no Brasil e sua institucionalização no ensino secundário, destacando alguns dos principais momentos e os personagens mais marcantes nesta caminhada da disciplina.

O terceiro capítulo da seção “Instituições” é composto pelo artigo de Simone da Conceição Silva, "Uma análise sobre o currículo do estado de São Paulo para o ensino médio". Neste trabalho, através do pensamento de Antonio Gramsci, a autora analisa o currículo do estado de São Paulo para o ensino médio, na tentativa de desvendar seus princípios, suas concepções sobre a educação e suas possíveis implicações no ensino. Conceição Silva compara este modelo paulista baseado na proposta do *Aprender a aprender*, com o modelo escolar que Gramsci define como a escola para o povo: Uma instituição que não procura nem mesmo criar a ilusão de que se pode ascender socialmente, muito menos problematiza e reflete sobre essas questões, mas pelo contrário, treina os estudantes para se adaptarem a sua realidade social, perpetuando assim as desigualdades e reforçando as vigas da sociedade de classes. A conclusão do artigo é, resumidamente, que a pedagogia do *Aprender a aprender* é uma flexibilização do conhecimento que propõe que “alunos aprendam a lidar com informações rápidas de modo contextualizado e prático, negando a necessidade de apreensão teórica. Nesse sentido, impossibilitando a elevação dos estudantes, conforme Gramsci, a níveis teóricos abstratos” (p.239). Nesta perspectiva, esta pedagogia esconde uma perversa lógica de reprodução das desigualdades sociais e de manutenção da estrutura de classes brasileira. Este trabalho de Conceição Silva nos deixa uma questão a pensar: Para onde caminha a

educação na sociedade capitalista de classes? Uma citação de Gramsci, trazida pela autora em seu texto, ilustra muitíssimo bem, em nossa opinião, o espírito e o tom não só deste artigo, mas de toda esta seção da coletânea.

A luta contra a velha escola era justa, mas a reforma não era coisa tão simples como parecia, não se tratava de esquemas pragmáticos, mas de homens, e não imediatamente de homens que são professores, mas de todo o complexo social do qual os homens são a expressão. (GRAMSCI apud SILVA, 2006, p.45).

O penúltimo artigo desta seção, escrito Manoel Moreira de Sousa Neto, chama-se "Sociologia e Ensino no Ceará: novas perspectivas sobre o ensino da disciplina na escola média". Neste trabalho Neto procura refletir sobre a proposta programática do estado do Ceará para a disciplina de Sociologia, nas modalidades de ensino regular e profissional, além da maneira pela qual os professores implementam a disciplina articulando as matrizes curriculares e os materiais didáticos nacionais, com as matrizes curriculares estaduais e as propostas curriculares de cada escola. Neto constata que a escolha das habilidades e competências, assim como dos conteúdos, varia de acordo com a modalidade de ensino médio, produzindo uma adequação dos conhecimentos sociológicos as particularidades de cada modalidade. O autor finaliza seu texto apontando como a partir das observações feitas, percebe-se que ainda não existe uma base unificada dos conteúdos programáticos para a disciplina de Sociologia no Ceará, corroborando assim com as ideias de Moraes (2009) e Silva (2009), que apontam a questão como um desafio da disciplina em seu retorno as escolas. Por fim, no último artigo da seção, "A Sociologia no vestibular e no ENEM: o caminho da legitimidade pelo enquadramento", de Alexandre Fraga e Thiago Matioli, discute-se a forma como a Sociologia vem sendo cobrada no exame nacional do ensino médio e nos vestibulares de dezesseis universidades públicas brasileiras, pensando as possíveis implicações desta cobrança e do modo como é feita. Segundo os autores, a Sociologia é caracterizada por sua diversidade metodológica, que pode ser vista já pelos "pais" da disciplina, Marx, Weber, e Durkheim, cada um deles com um método científico próprio. São múltiplos os caminhos possíveis para estudar o social, que conseqüentemente fazem com que tenhamos uma diversidade de teorias e conceitos. Essas particularidades da Sociologia fornecem ao professor liberdade para seguir o caminho pedagógico que mais lhe agrada. No entanto, com a inserção da disciplina no ENEM e em alguns vestibulares públicos brasileiros, surge a necessidade de certo enquadramento dos conteúdos. Esta presença da Sociologia nos exames de ingresso ao ensino superior é importante na busca pela legitimidade da

disciplina no ensino brasileiro, mas parece cobrar pelo aumento de legitimidade um preço de perda de liberdade. Os autores concluem: “Portanto, se nesse enquadramento há uma troca de liberdade por legitimidade, é preciso definir bem a sua configuração definitiva, para que não reste dúvida de que o saldo foi, de fato, positivo” (p.273).

Chegamos finalmente a última seção do livro, que trata sobre a temática do “Conhecimento Escolar”. O artigo que abre esta última fatia da coletânea é “Formação do habitus docente em Ciências Sociais na UFMA”. Com objetivo de identificar as estratégias que os professores de Sociologia utilizam em sala para transmitir o conteúdo, e a percepção dos alunos em relação ao conteúdo transmitido, Ana Sardinha, Márcia de Souza e Tarantini Freire utilizaram instrumentos de coleta de dados, entrevistas com professores formados pela UFMA e alunos do Centro de Ensino Humberto Campos, além de observações *in loco* na escola. Constatou-se uma contradição marcante no processo de formação de professores de Sociologia da UFMA: Apesar de haver demanda de professores de Sociologia na rede pública, os docentes sentem que não possuem formação adequada para desempenhar a função, uma vez que o próprio curso superior privilegia a modalidade bacharelado em detrimento da licenciatura. A consequência de tal contradição é expressa nos relatos angustiados das primeiras experiências dos professores em sala de aula, o que ressalta a necessidade de investimento em formação de licenciados. O segundo capítulo desta seção é composto pelo artigo “Faça o que eu digo, mas não faça o comum: uma reflexão acerca da prática etnográfica voltada para a compreensão do itinerário do ensino de Sociologia dos bancos acadêmicos ao interior das escolas” de Antonádia Borges, Bernardo Peixoto Leal Ferreira Silva, Gabriela Cunha dos Santos e Paulo César Ferreira. Trata-se de uma reflexão da experiência etnográfica, vivenciada pelos autores, como observadores nas aulas de Sociologia em escolas públicas e privadas de ensino médio do Distrito Federal, ao longo do ano letivo de 2012. Um ponto marcante observado nos diários de campo é o preconceito que leva à desconsideração da fala do outro quando esta pressupõe, ao olhar do professor/pesquisador, um entendimento de senso comum. Isto revela a importância da aplicação do conceito de representação social na análise da narrativa, e a construção do conhecimento através da experiência cotidiana do aluno. Outro ponto trata do paradoxo entre a observação participante e a neutralidade do observador, o que contribuiu para o descrédito das narrativas em sala de aula, realçando a importância da construção da realidade social através da fala do observado sem julgamento qualitativo do observador.

O terceiro artigo presente nesta seção é o “Currículo escolar e ensino de Sociologia no Paraná”, de Luis Aparecido Alves de Souza e Francielli Manginelli. O trabalho expõe considerações em relação aos recursos didáticos oferecidos pela rede pública estadual do Paraná propondo a

ampliação da discussão acerca de seu uso para o ensino de Sociologia. Pode-se observar que durante o período de 2003 a 2011 houve avanços nos investimentos do Estado para a produção de material didático o que refletiu em discussões entre Secretaria da Educação e professores além das disponibilidades destes materiais para a sociedade. Entretanto, é evidente o impacto das condições de trabalho sobre a produção de material, uma vez que a densa carga horária do professor reduz a disponibilidade de tempo para seu planejamento e confecção. Outro problema observado é a descontinuidade de políticas públicas que promovam a produção de material didático. Já o penúltimo texto da seção é intitulado “Ensinar sobre a luta ou ensinar a lutar? Uma análise preliminar dos Movimentos Sociais no livro didático de Sociologia” e foi escrito por Vinícius Carvalho Lima. Trata-se de uma análise comparativa dos aspectos teóricos sobre movimentos sociais presentes nos livros didáticos: “Tempos modernos, tempos de Sociologia” de Helena Maria Bomeny Garchet e Bianca Stella Pinheiro de Medeiros (2010) e “Sociologia para o ensino médio” de Nelson Dacio Tomazi (2010), escolhidos por serem os mais utilizados por professores nos últimos quatro anos. Observa-se a prevalência da interpretação weberiana da ação social racional com relação a fins, faltando uma interpretação mais problematizada a respeito do que desencadeia um movimento social. Todavia, os livros didáticos apresentam contribuições importantes para o ensino de Sociologia adaptado as condições do ensino médio, além do papel fundamental do professor na mediação do conteúdo que não deve limitar-se ao livro didático.

Fechando a coletânea, temos o trabalho de Márcio Silva de Melo e Vinícius Gabriel da Silva, “Reconstituindo o processo de escolha do livro didático de Sociologia no estado da Paraíba”. Baseado na análise das orientações curriculares para o ensino médio e entrevistas com professores de Sociologia, este artigo propõe a reconstituição do processo de escolha do livro didático no estado da Paraíba, levando em considerações suas particularidades. Constatou-se a falta de informação entre os professores quanto ao guia do livro didático. Muitos deles não chegaram a recebê-lo, ou desconheciam sua versão on-line. Outro obstáculo é a mínima participação da Secretaria da Educação na assessoria aos docentes, bem como a falta da problematização acerca da importância do livro didático, o que reflete na compreensão da política do livro didático como um atenuante de problemas maiores ligados a formação docente e a interação dos envolvidos no processo de escolha.

Seguindo o modelo de outras coletâneas que também vêm sendo publicadas sobre o tema em período recente, “Conhecimento escolar e ensino de Sociologia” reflete um esforço coletivo em direção ao debate sobre o ensino de Sociologia no Brasil. O fato de se originar de um evento acadêmico, assim como os livros que surgem a partir do ENESEB e de outros eventos mais locais, implica que as discussões que a obra traz refletem a agenda de um período, no qual a Sociologia

consolidava-se de forma significativa no ensino médio. Todavia, ainda que o cenário institucional tenha sido alterado substancialmente no período recente, com a retirada da obrigatoriedade da Sociologia do currículo escolar no contexto da Reforma do Ensino Médio em 2017, é interessante perceber que muitas das questões continuam pertinentes, sobretudo a necessidade de aprofundar o debate sobre o ensino de Sociologia a partir do que é anunciado desde o título: o conhecimento escolar.

Sem dúvida, a leitura da coletânea “Conhecimento escolar e ensino de Sociologia: Instituições, práticas e percepções” é extremamente instrutiva e estimulante, principalmente para aqueles interessados no tema da Sociologia e do seu ensino em nível básico e superior. Na apresentação desta obra, os organizadores apontam para o desejo de que este livro fosse uma espécie de reflexão coletiva e intercâmbio de ideias entre docentes e estudiosos das Ciências Sociais preocupados com o tema da educação. Com certeza este propósito foi alcançado. Parece-nos também que todos os autores participantes da obra concordam, em algum nível, que a luta pela volta da Sociologia para o currículo e a promulgação da *lei 11.684/08*, de junho de 2008, criou uma nova conjuntura e também nova demanda para os profissionais da área, professores e/ou pesquisadores das Ciências Sociais. Com novo ânimo, e algum espaço a mais, o campo refletiu e estudou sobre o ensino de Sociologia para aperfeiçoá-lo, e também para defendê-lo. Agora, em 2017, com a Sociologia sob forte ameaça de regredir novamente à marginalidade do ensino brasileiro, caracterizando enorme perda de conquistas históricas dos profissionais da Sociologia, esta coletânea ganha novo significado e valor. Ela discute justamente essa batalha, as conquistas e o que ainda precisa ser conquistado, num prisma de debate coletivo e de engajamento político em defesa do ensino de Sociologia. Esta postura foi essencial, ainda o é, e cada vez mais será. Parabenizamos os organizadores e os autores, além de indicarmos a leitura desta obra a todos aqueles que desejam instrumentalizar e enriquecer sua postura como defensores do ensino de Sociologia e como pensadores desta disciplina e dos diferentes modos de transmitir pedagogicamente habilidades cognitivas e conhecimentos sociológicos para a população brasileira.

COMO REFERENCIAR ESTE TEXTO

TRINDADE, Tayná Teixeira Chaves; BINSFELD, Willian. Pensando e debatendo coletivamente a situação do ensino de Sociologia no Brasil. *Revista Café com Sociologia*. v.6, n.3, p. 294-26, 2017.

Recebido em: 17 de dez. 2017

Aceito em: 01 de mar. 2018